

TEMPO DE REVOLUÇÃO

OUTUBRO DE 2022 - R\$ 5,00

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 23

Fora Bolsonaro, vote Lula!
Abaixo o capitalismo,
viva o socialismo!

2018



2019



2020



2021



Governo Bolsonaro corta R\$ 2,4 bi do MEC, e universidades veem situação insustentável

Valor representa 11,4% das despesas livres; rede de ensino federal critica corte e teme pela continuidade das atividades

2022

Estudantes da UFBA protestam contra cortes milionários de Bolsonaro na educação

Alunos da Universidade Federal da Bahia promoveram ato em frente à reitoria e, em seguida, realizaram caminhada pelas ruas de Salvador



Leia também:

Recordar e aprender com a história das Fábricas Ocupadas p. 08 e 09



EDITORIAL

O alerta do 1º turno e o combate para derrotar Bolsonaro em 30 de outubro

Nossa prioridade e combate central agora é ajudar a classe trabalhadora a derrotar Bolsonaro nas urnas em 30 de outubro. Para isso, em primeiro lugar, é preciso compreender a real proporção das votações no 1º turno. Os 57,2 milhões de votos para Lula e os 51 milhões de votos para Bolsonaro correspondem a 48,4% e 43,2% dos chamados “votos válidos”. Entretanto, ao considerarmos o total de 156,4 milhões de eleitores aptos a votar no Brasil, resta claro que Lula recebeu o voto de 36,6% destes e Bolsonaro de apenas 32,6%, ou seja, menos de um terço.

Embora Lula tenha obtido uma vantagem sobre Bolsonaro de 6,2 milhões de votos no 1º turno (e, portanto, é muito mais provável que ele obtenha uma vitória no 2º turno), o fato é que a linha política da campanha de Lula é a receita para a derrota, como já havíamos alertado há meses. E mesmo essa expressiva vantagem pode ser perdida. O motivo para o governo Bolsonaro, tão odiado pela maioria da população, não ter sido derrotado de maneira contundente já no primeiro turno, não é outro senão a linha política de unidade nacional

com a burguesia da campanha de Lula.

A Esquerda Marxista lançou nas ruas a palavra de ordem “Fora Bolsonaro!” em março de 2019 contra praticamente todos os partidos, tendências e dirigentes de esquerda, do PT ao PSOL, incluindo Lula. Todos lembram que Lula saiu da prisão combatendo abertamente o movimento “Fora Bolsonaro” e defendendo que o mandato de 4 anos de Bolsonaro deveria ser respeitado. A verdade é que o governo Bolsonaro poderia ter sido derrubado antes de 2022, nas ruas. Porém, as direções dos aparatos do movimento operário e da juventude (PT, CUT, PSOL, PCdoB, UNE, grandes sindicatos) bloquearam o desenvolvimento das mobilizações de massa contra o governo – em particular as que ocorreram entre maio e julho do ano passado – e trabalharam para canalizar o descontentamento popular para o terreno eleitoral, ou seja, para o terreno da burguesia.

Bolsonaro, à frente da máquina estatal, utilizou as armas disponíveis para conter a queda de popularidade. Fez uso de uma série de medidas eleitoreiras, como elevação do Auxílio Brasil (ex-Bolsa Família) para R\$ 600,00 e amplia-

ção do número de beneficiados, redução de impostos para reduzir o preço da gasolina, benefícios para caminhoneiros e taxistas, vale-gás etc. Melhorias em índices econômicos gerais (mesmo que tímidos e passageiros) e o avanço do controle da pandemia (que, obviamente, ocorre apesar de Bolsonaro) podem também ter beneficiado o governo neste momento. De qualquer forma, o resultado do 1º turno demonstra que o bolsonarismo foi capaz de manter uma base fiel de eleitores, elegendo uma série de deputados, senadores e governadores nos estados. Mas essa constatação não pode nos conduzir a avaliações impressionistas, que inflem a real força de Bolsonaro e seus seguidores. Os números também demonstram que eles seguem tendo um apoio minoritário no conjunto da sociedade e que, o mais provável, é Bolsonaro ser o primeiro presidente a não conseguir se reeleger no Brasil desde que foi aprovada a regra da reeleição. Bolsonaro só venceu em 2.192 municípios, enquanto Lula venceu em 3.378. Bolsonaro foi derrotado em 660 cidades em que havia vencido em 2018, incluindo São Paulo, a maior cidade e o



Gabi Stradioto

principal centro político e econômico do país.

É fundamental aqui analisar o resultado de Lula e do PT e a incapacidade desta candidatura em ganhar a maioria dos votos para derrotar Bolsonaro no 1º turno. É preciso compreender a razão, por exemplo, da candidatura Lula-Alckmin não ter sido capaz de mobilizar os mais de 38 milhões que não votaram em ninguém (brancos, nulos e abstenções) nessas eleições. É certo que a polarização reduziu o número de “não-votos”, em particular de branco e nulos, mas ainda assim há um número enorme de eleitores que não votaram em nenhum candidato. Isso só pode ser explicado pela persistência de um descrédito geral nas eleições, nos

partidos e nos candidatos, ou seja, na democracia burguesa.

O derretimento dos partidos políticos burgueses mais tradicionais é outra demonstração disso. O PSDB, o partido preferido da burguesia mais alinhada com o capital financeiro internacional, está em crise e não conseguiu lançar candidato a presidente. Em São Paulo, onde os tucanos governam desde 1994, o seu candidato ao governo e atual governador (Rodrigo Garcia) nem foi para o 2º turno. A chamada “terceira via”, assim como em 2018, teve resultados pífios.

Nessa conjuntura, a linha desenvolvida pelo PT é a defesa da democracia burguesa, da ordem burguesa e de suas instituições, é a linha da concilia-

EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Henrique de Macedo
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Francine Hellmann, Mariana Rosa, Michel Silva e Michelle Vasconcellos

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO

ção de classes. Lula assina a carta em defesa das poderes instituições burguesas e avança nas alianças com partidos e candidatos burgueses (representado pelo inaceitável vice, Geraldo Alckmin). Às vésperas do 1º turno, reúne-se com empresários e banqueiros. Esta é a linha da derrota, que conduziu o PT ao naufrágio e permitiu as condições para remover Dilma da presidência e propiciou o crescimento do bolsonarismo.

Vale recordar que a popularidade do governo Dilma rondava os 10% às vésperas do *impeachment*, e o PT sofreu inúmeras derrotas eleitorais nos últimos anos, em particular nos principais centros políticos e econômicos do país. Hoje, após a experiência de 13 anos de governos de colaboração de classes com a burguesia e inúmeras traições nesse período, somados aos ataques das mesmas instituições que defende, incluído aí o achincalhamento público de Lula e sua prisão, o PT não tem nem sombra da autoridade política que teve um dia.

Neste 1º turno, vimos a esquerda brasileira majoritariamente realizando a campanha mais à direita desde o fim da ditadura no país. Candidatos do PT, PCdoB e PSOL expressaram, em sua maioria, políticas de uma esquerda liberal, bradando em defesa da democracia burguesa, e pós-moderna, expressando uma perspectiva policlassista e identitária para o debate público. É preciso constatar a ausência de um debate baseado na luta entre exploradores e explorados, e que desse unidade às experiências do proletariado sob o governo Bolsonaro. Diante disso, camadas numerosas do proletariado foram levadas a interpretar a situação por meio das análises ideológicas, como as de viés religioso e moralista, que se disseminam pelos agentes diretos e indiretos das classes dominantes. Esse é um fator importante para entender porque a esquerda oportunista foi incapaz de remover o apoio de massas do bolsonarismo neste 1º turno.

No entanto, apesar de tudo isso, a ampla maioria da classe trabalhadora e da juventude consciente está utilizando a ferramenta visível que tem em

mãos – a candidatura de Lula – para derrotar o governo Bolsonaro. Apesar de Alckmin, apesar da defesa da ordem, apesar dessa candidatura apresentar uma linha política que não anima uma campanha militante, e só nas últimas semanas ter se esforçado em ampliar a mobilização em comícios de rua.

A Esquerda Marxista já combateu pelo voto crítico em Lula no 1º turno e reafirma esse combate para o 2º turno. Votar em Lula para derrotar Bolsonaro e seguir a luta pelas reivindicações imediatas e históricas da classe operária. Reafirmamos também que neste 2º turno, em São Paulo, Bahia, Sergipe e Santa Catarina, defendemos o voto crítico nos candidatos a governador do PT contra os candidatos dos partidos burgueses.

Seja qual for o resultado final desta eleição, é preciso fortalecer a organização independente de jovens e trabalhadores. Bolsonaro pode ser derrotado, mas o bolsonarismo sobrevive e conseguiu uma base significativa no parlamento. A polarização social e o surgimento de expressões políticas populistas e de extrema-direita não são fenômenos exclusivos do Brasil. As recentes eleições italianas deram a vitória a um partido de inspiração mussolinista; na Inglaterra, a sucessora de Boris Johnson, Liz Truss, tem como referência Margaret Thatcher; nos EUA o trumpismo segue com força.

Neste 1º turno, vimos a esquerda brasileira majoritariamente realizando a campanha mais à direita desde o fim da ditadura no país

Por outro lado a classe trabalhadora busca expressar sua resistência e luta por todos os meios que estiverem à sua mão. Assim vimos a recente eleição de Boric no Chile, de Petro na Colômbia, ou a expressiva votação de Boulos em São Paulo, bem como a possível eleição de Lula presidente. Também estamos vendo a onda de greves nos EUA e Reino Unido, a insurreição das mulheres iranianas nas últimas semanas e as manifestações na Rússia contra a guerra. A profunda crise internacional do sistema capitalista só pode resultar em mais tentativas de ataques da classe dominante sobre o proletariado e isso levará a mais e mais luta de classes. Não há solução sob o capitalismo nem no Brasil e nem em nenhum país do mundo.

É preciso explicar, agir, lutar, ganhar mais e mais jovens e trabalhadores para uma linha de independência de classe e de luta pelo socialismo. A maioria dos jovens que foram às ruas desde as manifestações contra os cortes na educação em

2019, que surpreenderam a esquerda amedrontada ao desafiar o governo em mobilizações de massa já em maio daquele ano, essa juventude que tornou o Carnaval de 2020 num festival “Fora Bolsonaro”, e que depois bateu panelas e se organizou para derrubar Bolsonaro em meio à pandemia e tomou as ruas no ano passado, essa juventude apoiou a candidatura de Lula neste 1º turno para se livrar de Bolsonaro. Essa juventude representa uma perspectiva de futuro para a classe trabalhadora e a ela, principalmente, nos dirigimos.

Neste 2º turno, continuaremos o combate que realizamos no primeiro. Combateremos pelo voto crítico em Lula, explicando, ao mesmo tempo, a podridão do regime capitalista e a necessidade de uma revolução socialista para interromper a caminhada em direção à barbárie.

A Esquerda Marxista participou destas eleições com candidaturas que não alimentavam ilusões nas instituições burguesas, moldadas pela e para a classe inimiga para manter sua dominação. Explicamos a necessidade da luta e organização para construir uma nova sociedade. A resolução da Conferência Nacional da EM, ocorrida em 2 e 3 de julho definiu nossos objetivos na intervenção eleitoral:

“O sucesso de nossa intervenção eleitoral não será medido, em nenhum caso, pelo número de votos nas candidaturas apresentadas,

mas sim, e fundamentalmente, pelo número de novos militantes ganhos, de novas células constituídas e, também, pela arrecadação feita para garantir a independência financeira que garante a independência política e que provê os meios para a construção da organização revolucionária.”

Nossas campanhas explicaram a verdade, apresentando uma plataforma revolucionária, explicando nossas análises e a necessidade do combate pela construção de um mundo novo, colocando como tarefa central, em cada atividade, o fortalecimento da organização revolucionária. Realizamos panfletagens em escolas, universidades e locais de trabalho, organizamos reuniões e debates, recolhemos novos contatos e já começamos a integrar novos militantes em nossas fileiras. Um grande esforço militante em meio ao mar de campanhas adaptadas e oportunistas, inclusive entre a esquerda. Nos orgulhamos de travar esse combate recusando verbas do fundo partidário e eleitoral, defendendo a autosustentação militante dos partidos e das candidaturas que reivindicam a classe trabalhadora.

Saudamos ainda a reeleição do companheiro Glauber Braga a Deputado Federal, candidato apoiado pela Esquerda Marxista no Rio de Janeiro. É a continuidade de um mandato com o qual travamos importantes lutas conjuntas, como o combate contra a federação do PSOL com a Rede e pela candidatura própria do partido. Os resultados do PSOL, aliás, como a elevação de 10 para 12 deputados federais, poderiam ter sido ainda mais expressivos se não fosse a política desenvolvida pela direção do partido, de adaptação ao PT e à conciliação de classes. Que o mandato do companheiro Glauber siga sendo um ponto de apoio para a organização e luta de jovens e trabalhadores.

Até 30 de outubro, unidade e mobilização para derrotar o governo Bolsonaro. Convidamos todos a estarem conosco nesse combate e a integrem-se às fileiras da Esquerda Marxista.

Abaixo Bolsonaro! Abaixo o capitalismo! Por um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais! Viva o socialismo internacional!



SITUAÇÃO POLÍTICA E ATIVIDADE DA EM



As organizações de esquerda e o 2º turno

BRUNA MACHADO
DOS REIS

Os quase 130 mil votos que receberam, somadas, as candidaturas de Léo Péricles (UP), Sofia Manzano (PCB) e Vera Lúcia (PSTU) demonstram que há uma abertura, especialmente entre a juventude, para as ideias do socialismo. Ao mesmo tempo, essa votação acrescida à do PT não garantiria nem mesmo a vitória no primeiro turno da chapa Lula-Alckmin. Cabe, aos marxistas, uma análise mais aprofundada dessas campanhas e da posição de outras correntes que se reivindicam do socialismo, no interior do PSOL.

No último debate eleitoral, a presença do lunático padre, diante da ausência dos candidatos à esquerda de Lula evidenciou, para aqueles que os conheciam, a contradição que existe na democracia burguesa que de democrática não tem nada. A mídia burguesa organiza, com a justificativa da lei, a exclusão dos candidatos que não tenham pelo menos 5 deputados federais eleitos.

Em resposta, a UP organizou um ato em frente à Rede Globo, enquanto o PCB realizou uma live durante o debate. Obviamente, é preciso denunciar essa contradição, explorando o caráter antidemocrático das eleições burguesas. Mas não é correto vender a ilusão de que isso pode ser superado na sociedade capitalista. Entretanto, são justamente ilusões, erros de análises históricas e conjunturais, além de ideias estranhas ao marxismo que tais candidaturas “socialistas” carregaram no primeiro turno e que interferem em como essas organizações se posicionam no segundo turno.

Posição para o segundo turno

Até o momento (6/10), não há um posicionamento do PSTU sobre o segundo turno. Mas, considerando a última eleição, o provável é que orientem aos seus militantes e apoiadores o voto no PT, voto que já poderia ter sido discutido previamente e publicizado o quanto antes, mas que foi adiado para sexta-feira (7/10). A Unidade Popular (UP),

Obviamente, é preciso denunciar essa contradição, explorando o caráter antidemocrático das eleições burguesas. Mas não é correto vender a ilusão de que isso pode ser superado na sociedade capitalista

por sua vez, não soltou nenhuma nota oficial, somente um vídeo onde Léo Péricles afirma que: “continuamos a luta pela derrota do fascismo, de Bolsonaro” e diz que em breve irão se posicionar.

Quando ao PCB, que publicou uma nota onde o voto em Lula é efetivamente chamado (“O PCB se posiciona nesse segundo turno de maneira nítida: pelo voto em Lula para derrotar Bolsonaro”), há um tom de impressionismo que persiste referente ao “fascismo”. É o que se pode ver neste trecho da nota:

“Os métodos de conciliação não preparam a classe trabalhadora para enfrentar verdadeiramente a ameaça do golpismo burguês-militar, nem são capazes de pôr fim às crises econômicas e políticas que atravessamos, ao fortalecimento do chauvinismo e do militarismo no Brasil e no mundo.”

Há também o texto “Fascismos em marcha acelerada na Europa” que segue essa equivocada linha política.

O editorial desta edição do Tempo de Revolução já dá conta de mostrar, através de números e fatos, que não há uma ascensão do fascismo no Brasil, nem no mundo. Há sim um aumento na polarização entre as classes sociais, diante da crise econômica pela qual passa o capitalismo, e o surgimento de novas figuras de extrema-direita, enquanto também surgem importantes movimentos de massa que se chocam contra os governos, a burguesia, o Estado.

Portanto, essas candidaturas deveriam ajudar a juventude e a classe trabalhadora a enxergar o movimento operário e estudantil que se ergue

em todo o mundo, retirando destes processos o ânimo necessário e real de uma efetiva vitória da nossa classe, em derrotar Bolsonaro, mas acima de tudo, em derrotar o programa de governo que será eleito em 30 de outubro e impôr um programa que de fato revolucione a sociedade.

“Nem rir, nem chorar, compreender”

A frase de Spinoza poderia ser um bom conselho para esses partidos. Compreender os fenômenos políticos passa para nós, marxistas, por conhecer profundamente a história da luta de classes internacional e no Brasil. E isso não é uma prerrogativa para os intelectuais do partido, mas uma tarefa que as direções devem constantemente construir com a sua base. Por exemplo, apesar de corretamente comemorar os avanços da UP, Léo Péricles dá a impressão que hoje uma camada do povo identifica Bolsonaro como um fascista graças à intervenção da UP na luta de classes. É o sectarismo autoprotelatório. É jogar no lixo

a história do movimento operário brasileiro.

Por outro lado, mas da mesma maneira sendo uma barreira para a formação política de sua base, a nota da Insurgência, corrente interna do PSOL, não é assinada nem mesmo pela sua direção, mas por um militante de base. Intitulada “A batalha de um país” é o único texto publicado depois do primeiro turno e trás as seguintes análises pessimistas e distorcidas da conjuntura brasileira:

“o resultado global representa uma vitória do bolsonarismo, corrente de extrema-direita que se fortaleceu de forma acachapante. (...) Desde Junho de 2013, no Brasil, a direita radicalizou-se e massificou-se, enquanto a esquerda permaneceu reduzida, com dificuldade para encontrar um programa”.

Enquanto isso, a nota do Movimento Esquerda Socialista, outra corrente interna do PSOL, pelo menos foi escrita pela sua direção. Apresenta alguns acertos, mas desconsidera o número de abstenções e aposta numa campanha “vira-voto” de bolsonaristas. Não traz consigo nenhuma consideração sobre o efeito das políticas eleitoreiras de Bolsonaro terem impacto em seu resultado e aponta apenas para uma pouca mobilização “por parte da sociedade”, como se a culpa do arrefecimento das ruas fosse dos trabalhadores e jovens, não das direções e organizações de classe.

Aqui reside algo em comum entre as organizações analisadas: nenhuma aponta os erros históricos do PT com seriedade. Nenhuma tece críticas ao vice Alckmin, como houvesse contradição entre o voto crítico e se debruçar sobre os erros desse partido, que justamente é o que explica não termos conseguido derrotar Bolsonaro no último domingo, naquela que o militante da Insurgência classifica como “a amarga noite da militância progressista”.

Ainda sobre a nota do MES, usam uma justificativa que a direção nacional do PSOL manuseia para manter sua política de reboque do PT, ao celebrar o crescimento do partido que, segundo eles, “continua mantendo personalidade e perfil próprios”. Na verdade, tra-

ta-se do contrário. A polarização social poderia ter levado o PSOL a um crescimento ainda maior, não apenas em filiados, mas como direção de esquerda, principalmente para a juventude, não fosse a política pós-moderna e o quase abandono da revolução socialista, em defesa do Estado democrático de direito.

Esta nota do MES também carrega mais do impressionismo habitual dos pessimistas quando afirma que o bolsonarismo “já está se desdobrando como um neofascismo” e que “eles se tornam cada vez mais reacionários à medida que renovam seu mandato, e isso acontecerá no Brasil se Bolsonaro vencer”. Mas, será? O discurso de Bolsonaro após a apuração dos votos transpareceu que para ele a noite também estava sendo amarga. Isso não o levou para uma maior radicalidade à direita, pelo contrário:

“A mensagem é que o Brasil, levando-se em conta a grande maioria dos demais países no mundo, é o que melhor se saiu, está se saindo na questão da economia, tá? Talvez mostrar um pouco mais do que foi a pandemia também, né? O Brasil comprou 500 milhões de doses de vacinas para quem se sentiu no dever de se vacinar. [...] Existe o sentimento... que a vida dele não ficou igual o que estava antes da pandemia, ficou um pouquinho pior. E a tendência é buscar o responsável, tá? E o responsável sempre é o chefe do Executivo. [...] A partir do momento que nós vemos em alguns órgãos de imprensa, especial a nossa querida Globo, fazer uma campanha para o jovem tirar o título. Geralmente o jovem é mais rebelde, é mais tendencioso a votar na esquerda, porque a esquerda promete maravilhas para o jovem, né?”

E joga com o espantinho do comunismo sem liberdade. Mas faz um discurso ponderado, dizendo que vai procurar atrair a juventude e reconhece o resultado do primeiro turno, que o plano de campanha para o segundo turno não estava pronto.

Ao longo da semana, ataca as verbas da educação e da saúde da mulher, tentando mostrar para o mercado que, para o que se espera dele economicamente, continua sendo um bom serviçal. Mas politicamente dá um tiro no próprio pé. Veremos como o PT e os demais partidos “de esquerda” agirão na agitação contra esses ataques.

A posição correta a ser defendida, desde enquanto são pequenos partidos, é a denúncia e a recusa do dinheiro do fundo eleitoral.

Independência política só pode ser garantida com independência financeira

No último período, a Esquerda Marxista travou, no interior do PSOL, junto a outras correntes, um combate pela candidatura própria desse partido. Sem dúvidas, uma candidatura do PSOL que pautasse o socialismo poderia ter elevado o nível do debate político e permitido contarmos as forças

mais à esquerda no terreno distorcido das eleições burguesas.

Este deve ser o papel dos revolucionários nas eleições burguesas, tornando consciente para a juventude que se aproxima das ideias do socialismo a possibilidade obter vitórias de classe, mesmo que eleitorais, com uma campanha independente, nas ruas, nas escolas e fábricas. O próprio PCB, na constituinte de 1946, conseguiu eleger Luiz Carlos Prestes senador através de uma campanha militante na base. E não tinha tempo de rádio e da massiva imprensa da época, nem espaço no debate. Ou seja, os partidos operários não deveriam usar como justificativa para seus pequenos resultados eleitorais as regras da própria burguesia, devem explicar que a organização proletária independente tem todas as condições de, atingindo as massas, expressar também em votos o apoio ao socialismo.

Estes partidos também fizeram outra denúncia a respeito da falta de democracia nas eleições burguesas: o fato de não terem recebido verba do fundo eleitoral. Oras, isso só reforça a ilusão de que o dinheiro público para financiar campanhas serviria para garantir algum tipo de democracia, permitindo que os candi-

datos tenham condições parecidas de disputa. Isso não existe no capitalismo! Mesmo nos EUA, onde a legislação avançou no sentido de proibir recebimento de dinheiro de maneira desigual, a burguesia deu um jeito de criar fundos para financiar seus candidatos.

Na verdade, o que essas candidaturas deveriam explicar, assim como faz a Esquerda Marxista, é que a existência do fundo eleitoral é mais um instrumento do Estado burguês para comprometer politicamente os partidos mais à frente na disputa com o próprio Estado, os tornando dependentes da verba pública para sua existência, aparelhando-os.

No entanto, a mesma sanha em corromper os partidos com mais chance na disputa não se aplica a pequenos partidos que não têm chance de ser eleitos. Não é interessante para a burguesia dispor de verbas para pequenos partidos que se reivindicam do comunismo. Por isso o dinheiro não chega.

A posição correta a ser defendida, desde enquanto são pequenos partidos, é a denúncia e a recusa do dinheiro do fundo eleitoral. Trata-se de educar nossa classe para a arrecadação independente de finanças para as campanhas. Para nós, apenas assim pode-se garantir a independência política para pôr abaixo o Estado burguês, o regime capitalista e construir uma nova sociedade socialista.



TEORIA

1979: Revolução e contrarrevolução no Irã

MICHEL GOULART
DA SILVA

Os recentes processos de mobilizações que vêm ocorrendo no Irã são mais uma amostra da disposição de luta que há décadas possui a classe trabalhadora do país. Certamente o processo político mais importante foi a revolução que derrubou o Xá Mohammed Reza Pahlavi em 1979. Contudo, embora tendo um caráter operário, esse processo acabou sendo desviado, com a convivência da maior parte da esquerda, para um regime religioso centrado na figura do aiatolá Khomeini.

Uma revolução proletária

Manifestações de massas envolveram o Irã entre outubro de 1977 e fevereiro de 1978, quando cerca de 90% dos iranianos colocaram-se contra o governo. Reivindicando direitos democráticos, os estudantes, e posteriormente a classe trabalhadora, desafiaram as forças repressivas.

Em setembro de 1978 começaram paralisações

que culminaram na greve geral dos trabalhadores do petróleo, que durou 33 dias. Nesse processo, as reivindicações econômicas rapidamente se transformaram em políticas, contra a monarquia e a repressão estatal: “Abaixo o Xá”, “Abaixo a Savak”. Denúncias de corrupção contra a burguesia e até mesmo contra o Xá intensificaram a mobilização contra o governo. A classe trabalhadora conquistou um papel de protagonista independente no processo revolucionário, dando um conteúdo de classe ao processo.

No dia 25 de novembro, recomeçou a greve geral na refinaria de petróleo de Chahr-Rey, perto de Teerã, e poucos dias depois iniciou-se uma nova greve geral. Foram criados comitês operários independentes, sobretudo no setor petrolífero. O exército começou a se desintegrar, na medida em que os soldados se recusaram a atirar nos manifestantes e passaram a desertar. Nesse processo, a revolução democrática esboçava transformar-se em revolução proletária.

Em 12 de dezembro, cerca de dois milhões de

Manifestações de massas envolveram o Irã entre outubro de 1977 e fevereiro de 1978, quando cerca de 90% dos iranianos colocaram-se contra o governo

peças foram às ruas de Teerã para protestar contra o Xá. No mesmo mês, os trabalhadores do setor do petróleo entraram em greve e deixaram de bombear os cerca de 6,5 milhões de barris que o país produzia por dia.

O Xá concordou em introduzir uma nova constituição, porém já era tarde para isso. Com a pressão do presidente norte-americano Jimmy Carter, que ameaçou embargar o fornecimento de armas, o regime fez concessões, libertando 300 prisioneiros políticos, relaxando a censura e reformando o sistema judicial.

A maioria da população centrava suas expectativas em Khomeini e, quando ele pediu o fim

completo da monarquia, o Xá foi forçado a abandonar o país em 16 de janeiro de 1979. O rei transferiu o governo para Chapour Bakhtiar, um “liberal” tido como liderança moderada da oposição (Frente Nacional) ao regime.

Após a derrubada do regime do Xá, em 11 de fevereiro de 1979, o aiatolá Khomeini subiu ao poder em uma aliança com o ulama (clero xiita), os bazaaris (tradicional burguesia e pequena burguesia comercial) e a burguesia liberal. Khomeini defendia uma teocracia baseada no conceito de Velayat-e Faqih (Guardião da Jurisprudência), na qual o poder final seria do Supremo Líder, necessariamente um religioso com sólidos conhecimentos da jurisprudência islâmica.

Os trabalhadores e outras classes oprimidas tinham a expectativa de que as bandeiras da revolução, em particular as liberdades democráticas e a promessa de igualdade social, fossem atendidas. Os setores da esquerda defendiam uma república popular, ainda que com formulações diversas. Além disso, representantes das nacionalidades

oprimidas (azerbaidjanos, turcomenos, curdos, balochis e árabes) defendiam autonomia para suas províncias. Nesse cenário de profundo descontentamento da população, tanto as forças burguesas como as organizações de esquerda capitularam à liderança de Khomeini.

Khomeini nomeou Mehdi Bazargan como primeiro-ministro provisório para evitar o desmantelamento ainda maior do Estado. Khomeini implantou em Teerã um conselho revolucionário, que supervisionava o governo provisório, e um comitê central. Foram expurgados de mesquitas espalhadas por todo o país os clérigos associados a outros líderes religiosos. Estabelecido em Teerã, um Tribunal Revolucionário passou a cuidar das cortes que surgiram em todo o país.

O poder operário

Um setor revolucionário estratégico eram os trabalhadores organizados em shoras. Os shoras, ou conselhos de fábrica, eram uma forma de organização dos trabalhadores que surgiu na indústria iraniana depois da



queda da ditadura do Xá. Eles eram organizações de base cujo comitê executivo eleito representava todos os empregados de uma fábrica, independentemente de sua função, qualificação ou gênero.

Entre fevereiro e agosto de 1979, os shoras proliferaram. Na maioria das fábricas, os patrões e gerentes fugiram deixando o caminho livre para os trabalhadores. Nesse período, diante da pressão dos trabalhadores o governo se viu obrigado a nacionalizar 483 unidades de produção. Embora as greves girassem em torno de salário e emprego, havia também reivindicações políticas como punição para agentes da SAVAK (polícia secreta e serviço de inteligência criada pelo Xá Mohammad Reza com a ajuda da CIA) e capitalistas e exigências de demissão de gerentes.

Os petroleiros se mantiveram mobilizados por suas reivindicações, forçando Khomeini a recorrer a ameaças através da imprensa. Entre fevereiro e agosto de 1979, os trabalhadores controlavam as fábricas. O governo Bazargan expressou oposição aos shoras, afirmando que o triunfo da revolução eliminou suas tarefas.

Esse período foi marcado por uma onda de repressão vinda principalmente do clero dirigente. Os primeiros setores revolucionários a terem seus direitos desrespeitados foram as mulheres. Foi marcante no processo revolucionário a participação das mulheres na revolução, seja nas guerrilhas dos anos 1971-1976, seja nas mobilizações de rua e greves de 1978-1979. Khomeini tornou compulsório o uso do hijab (véu) nos primeiros dias pós-revolução. A reação veio através de uma manifestação de 8 de março, em Teerã, com a participação de 100 mil mulheres. Contudo, a ação das forças de repressão, inclusive as milícias ligadas a Khomeini, acabou prevalecendo sobre o direito das mulheres. Outros direitos das mulheres também foram atacados pela nova Constituição.

Além disso, organizações de esquerda foram atacadas e suas sedes saqueadas. O governo baniou jornais progressistas, monopolizou a mídia oficial e lançou extensi-



vos ataques militares no Curdistão. Esses eventos foram seguidos de crescente repressão contra o movimento sindical e pela exclusão de shoras e trabalhadores dissidentes. Em meados de 1982 os shoras foram formalmente proibidos.

Reconstruindo o regime

O debate sobre a nova Constituição foi antecedido por um plebiscito sobre o regime – monarquia ou República Islâmica –, sendo vencedora a segunda. Em seguida foram convocadas eleições para um “conselho de especialistas”, boicotado por parte da burguesia liberal e por vários grupos de esquerda e das nacionalidades oprimidas.

O conselho de especialistas escreveu uma constituição favorável ao clero, incluindo o conceito de Velayat-e Faqih, que outorgava poderes a Khomeini. O texto estabelecia que o Faqih teria autoridade divina para governar, respondendo apenas a Deus. Outros artigos listam poderes que incluem o controle do exército e do Pasdaran (milícias criadas por Khomeini em março de 1979), o direito de vetar candidatos à presidência e a demitir o presidente se a alta corte ou o Majles (parlamento) o declararem incompetente. O poder do Majles é limitado pelo Conselho de Guardiães, que pode vetar qualquer legislação se julgá-la incompatível com o Islã ou com a Constituição. O Conselho de Guardiães tem 12 integrantes, seis ulama indicados pelo Faqih e outros seis selecionados pelo Majles a partir de uma lista preparada pelo conselho judicial supremo cuja maioria de membros era indicada pelo Faqih.

Nesse processo de reconstrução do regime, estourou uma nova crise. No dia 4 de novembro de 1979, um grupo de 400 estudantes invadiu a embaixada norte-americana alegando que os Estados Unidos preparavam um golpe para tornar o Xá novamente o soberano do país. Na busca de retomar relações diplomáticas regulares com os Estados Unidos, o governo provisório exigiu a retirada imediata dos estudantes. Contudo, Khomeini apoiou os estudantes e aproveitou para desprestigiar Bazargan e o governo provisório, publicando memorandos da embaixada que continham negociações entre o governo provisório e os norte-americanos.

Bazargan renunciou ao governo provisório e Khomeini, em meio a um sentimento generalizado de unidade nacional, convocou um referendo sobre a proposta de Constituição, realizado em dezembro de 1979. Em janeiro foram realizadas as eleições presidenciais, vencidas por Bani Sadr. Ficou em terceiro o candidato do Partido Republicano Islâmico de Khomeini, apoiado também pelo Tudeh (partido comunista).

Em abril de 1980, o Conselho Revolucionário Islâmico, a pedido de Khomeini, deu um ultimato para que todas as organizações de esquerda deixassem as universidades. Nesse processo, suas milícias invadiram as universidades e expulsaram ou executaram os estudantes de esquerda. Bani Sadr anunciou o início de uma revolução cultural, fortalecendo a repressão sobre os estudantes. Em junho e julho ocorrem expurgos e execuções de oficiais das forças armadas e funcionários públicos.

Em 22 de setembro de 1980, o governo iraquiano liderado por Saddam Hussein invadiu o Irã alegando intervenção iraniana em seus assuntos internos. Khomeini aproveitou a guerra para explorar o sentimento de unidade nacional e eliminar todas as dissidências restantes, procurando se livrar inclusive do presidente eleito Bani-Sadr, que era crítico de uma série de políticas de Khomeini e de seus aliados.

Em 21 de julho, o parlamento votou o impeachment de Bani-Sadr, o que foi confirmado por Khomeini no dia seguinte. No dia 28 de julho Bani-Sadr fugiu para a França. Entre fevereiro de 1979 e junho de 1980, as cortes revolucionárias executaram 497 opositores, dos quais a maioria eram apoiadores do antigo regime, os chamando “contrarrevolucionários”

e “cultivadores da corrupção sobre a Terra”. Estima-se que entre junho de 1981 e junho de 1985 as cortes revolucionárias tenham executado mais de oito mil oponentes.

Revolução, avanços e retrocessos

Em 1979, o processo revolucionário iraniano colocou em cena a classe trabalhadora, derrubando o regime e apontando para a necessidade da transformação profunda da sociedade. Contudo, apesar da disposição de luta das massas, a aliança do clero com a burguesia e a forte repressão, além da ausência de uma direção política dos trabalhadores, foram fatores que impediram a revolução de avançar até um governo que representasse os interesses dos setores explorados e oprimidos da sociedade iraniana.

Nesse sentido, o processo em curso é expressão da experiência de luta de uma população oprimida e reprimida ao longo das últimas décadas. Em junho de 2009 ocorreram os maiores protestos dentro do Irã desde a revolução, contra a fraude eleitoral. Outros protestos ocorreram nos anos seguintes, apontando para a necessidade da organização da classe e para a superação do regime nascido da contrarrevolução que tentou enterrar a luta dos trabalhadores de 1979.



FÁBRICAS OCUPADAS

Lembrar, preservar, comemorar e aprender com a história, estes são os objetivos centrais das comemorações dos 20 anos da ocupação da Cipla. Nesta edição republicamos o relato do II Encontro Latino-Americano de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores, realizado em junho de 2009. O relato foi publicado na edição 23 do jornal Luta de Classes, em julho de 2009, que era órgão oficial de imprensa da Esquerda Marxista. O texto traz temas que continuam muito atuais e que precisamos retomar com força, a exemplo as manifestações no Irã e a necessidade de ocupar fábrica quando ocorre a tentativa de demissões, bem como a independência financeira como garantia de independência política. Boa leitura a todos!



Realizado II Encontro Latino-Americano de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores

Integralmente organizado e financiado pelos próprios trabalhadores, o II Encontro reafirma a luta pelas ocupações de fábrica em todo o mundo

MOVIMENTO DE FÁBRICAS OCUPADAS

Na Sala Juan Bautista Plaza da Biblioteca Nacional, em Caracas, Venezuela, se realizou o II Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores, com a presença de cerca de 200 representantes de fábricas ocupadas ou em luta, da América Latina, Canadá, Turquia e Iraque. Os principais meios de comunicação (TV, rádio, jornais, Internet) cobriram amplamente o evento garantindo uma repercussão enorme na Venezuela.

Na abertura, dia 25/06/09, o Encontro teve a presença do Ministro do Comércio, Eduardo Samán, que permaneceu a maior parte da tarde

no mesmo, e expressou seu apoio e o do governo venezuelano à luta dos trabalhadores em defesa de seus empregos em todo o continente. Samán destacou que o presidente Chávez o havia mandado para expropriar 20 empresas como um primeiro passo para garantir o desenvolvimento industrial do país, e destacou que após a expropriação da Cargill, La Gaviota, virão mais empresas, entre as quais Vivex, Gotcha e outras.

“Não podemos esperar que o capitalismo caia por si só, ainda que agora esteja em uma cri-

se muito profunda” disse o Ministro Samán e, em seguida, chamou à organização do povo e os trabalhadores para defender e aprofundar a revolução.

Serge Goulart, coordenador do Movimento das Fábricas Ocupadas do Brasil e membro do Comitê Organizador do Encontro, abriu o Encontro dando a palavra aos membros da Mesa. O primeiro a falar foi Lalo Paret, do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) da Argentina, que se mostrou muito entusiasmado por se encontrar em um país em revolução, como a Venezuela, e chamou à con-

tinuação da luta pela ocupação e funcionamento das empresas quebradas em todo o continente.

Após ele, Luis Primo, membro do Comitê Organizador, dirigente sindical da UNT de Caracas-Miranda, explicou que a luta das empresas ocupadas é a máxima expressão do antagonismo entre o capital e o trabalho.

Pascuala, da empresa de enlatados de sardinhas La Gaviota, recentemente expropriada pelo governo, expôs

como a luta havia mostrado que os trabalhadores podiam se unir e por a fábrica a produzir.

Félix Martínez, secretário-geral do SINGETRAM (Mitsubishi), destacou a luta contra a terceirização na Mitsubishi que culminou na tomada da empresa durante 60 dias e sofreu dura repressão. A repressão custou a vida dos camaradas Pedro Suárez e Javier Marcano, mas conquistou a incorporação dos terceirizados. Félix ainda denunciou o assassinato de líderes operários como o camarada Argenis Vásquez, dirigente do SINTRATOYOTA, em Cumaná.



Jorge Paredes, presidente da Inveval, defendeu a necessidade das empresas nacionalizadas não permanecerem isoladas e defendeu que os bancos e as principais indústrias devem ser nacionalizadas sob controle operário.

A crise do capitalismo reacende a luta das Fábricas Ocupadas

Serge Goulart fez uma introdução sobre a crise do capitalismo e a importância que ganha, nesta situação, o movimento de fábricas ocupadas. Destacou o estímulo que significa para os trabalhadores de todo o mundo a luta na Venezuela e explicou como o movimento de ocupação de fábricas está transcendendo as fronteiras e estendendo-se a novos países, inclusive países capitalistas avançados. Serge fez referência às ocupações da Republic Windows & Doors nos EUA há vários meses e mais recentemente da Visteon, na Inglaterra, assim como na França.

No dia 26/06/09, Pablo Cormenzana, autor do livro A Batalha da Inveval, expôs a experiência da luta destes trabalhadores. Pablo falou dos avanços e dos perigos que ameaçam a revolução. Se esta não se completa, se ela não avançar até o socialismo, nacionalizando os bancos, a terra e indústria básica, permitindo o desenvolvimento de uma economia planificada democraticamente. Se isso não se realiza, a revolução poderá sofrer uma reversão.

Importantes participações tiveram os camaradas Metim Yeguin, da Turquia, Gerardo Xicotencatl, presidente do Sindicato de Olímpia (México), Geoffrey McCormack delegado sindical do Canadá, e Akram Nadir, presidente (no exílio) do Conselho de Trabalhadores do Iraque.

O camarada Cesar Gonzales (Paraguai), falou sobre a situação dos trabalhadores paraguaios e colocou que a luta das fábricas recuperadas só podem ser mantidas se adotam uma perspectiva marxista clara e lutarem pelo socialismo.

Também entrevistaram camaradas da FLASKÔ que assinalaram o papel jogado pelo governo Lula na intervenção militar contra a Cipla e na tentativa de esmagar o movimento de fábricas recuperadas no Brasil.

O camarada Nilo Mendes, do sindicato de petroleiros do Rio de Janeiro, fez



Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, realizado em dezembro de 2006

uma exposição da campanha de defesa do Petróleo e da Petrobras que se desenvolve no Brasil.

Lalo Paret e Christian, de Anta/CTA, com outros companheiros da Argentina explicaram os choques que tem com o Estado argentino e como tem resistido aos despejos e outros aspectos de suas lutas.

Propriedade privada, propriedade social e controle operário

Depois se seguiu um debate sobre propriedade privada ou controle operário e propriedade social, introduzido por Serge Goulart, que centrou na questão da luta pelo controle operário, pela estatização das empresas, assinalando como no Brasil o governo Lula havia tentado desviar o movimento de ocupação de fábricas para o cooperativismo com o fim de empurrar os trabalhadores para a disputa de mercado e o fim de sua luta revolucionária.

Serge explicou que uma fábrica isolada submetida ao mercado capitalista não pode subsistir e sim a que a perspectiva de uma fábrica ocupada deve ser a estatização sob controle operário. O primeiro ponto de nossa agenda é que diante dos fechamentos provocados pelos patrões o estado deve garantir os postos de trabalho nacionalizando as empresas. Serge disse ainda que a questão fundamental para os trabalhadores das fábricas recuperadas deve ser a luta pela propriedade social, contra a propriedade privada, contra o capitalismo e pelo socialismo.

Logo após ocorreu um enriquecedor debate onde se expuseram as diferentes experiências sobre o controle operário. A partir do debate sobre Argentina se

concluiu que as cooperativas foram impostas aos trabalhadores das fábricas tomadas que as usaram para poder sobreviver enquanto prosseguem sua luta já que os governos reacionários não nacionalizam estas empresas.

A grande conclusão deste debate foi expressa na Declaração Final que diz que os trabalhadores lutam pela ocupação de fábricas na perspectiva de sua estatização sob controle operário, pela propriedade social, na luta pelo socialismo.

O Encontro negou assim qualquer perspectiva de estabelecimento de fábricas como propriedade privada dos trabalhadores que as ocupam. Esta foi uma conclusão muito importante do encontro.

Tribunal internacional operário e democrático para julgar a criminalização dos movimentos sociais

No sábado, dia 27, deu-se início ao debate sobre os casos de repressão aos trabalhadores das empresas recuperadas, aprovando várias resoluções. Em particular as referentes aos trabalhadores do setor automobilístico assassinados na Venezuela, Argenis Vázquez, Jose Marciano e Pedro Suarez, e no Brasil contra a intervenção na Cipla e Interfibra e os ataques contra os trabalhadores da Flaskô. Pedro Santinho coordenador do Conselho de Fábrica da Flaskô mostrou um vídeo fazendo um relato da intervenção das tropas federais na Cipla explicou a sabotagem patronal-governamental para derrotar a Flaskô. Pedro denunciou as recentes ameaças de penhora de faturamento da fábrica e mesmo de seus bens pessoais.

A camarada Vanessa Castro Borda, da Argentina, apresentou a repressão que sofrem os dirigentes das fábricas ocupadas na Argentina, como Eduardo Murúa e Castillo, processados e impedidos de sair da Argentina. Como eles existem muitos outros casos de repressão contra os trabalhadores.

A proposta de realização de um "Tribunal Internacional Operário e Democrático que Julgue a Criminalização dos Movimentos Sociais" foi aprovada por unanimidade.

Este Tribunal será organizado com sessões preparatórias de caráter público e com ampla divulgação e cada país, concluindo com um grande evento internacional do Tribunal. Uma comissão de advogados do movimento das fábricas na América Latina se encarregará de prepará-lo em comum acordo com o Comitê Organizador.

Ocupar, resistir e produzir rumo ao III encontro

A Declaração Final foi lida por Lalo Paret, sendo aprovada por unanimidade. Outras resoluções foram aprovadas: uma declaração a favor dos trabalhadores e do povo iraniano que tem se mobilizado nas últimas semanas contra a fraude eleitoral e o regime despótico dos mulás; uma resolução em apoio à luta dos trabalhadores de Olympia, no México; resolução de saudação aos trabalhadores do Canadá que ocupam fábricas, uma resolução de estabelecimento de uma aliança entre os trabalhadores do Iraque e Turquia com o movimento das fábricas ocupadas na América Latina; assim como a exigência dirigida a Lula para que re-

tire a intervenção policial e devolva as fábricas Cipla e Interfibra ao controle de seus trabalhadores.

Depois de finalizar o evento os participantes se dirigiram até a marcha organizada pelos jornalistas revolucionários que apóiam a revolução venezuelana, contra o terrorismo midiático, indo até a Assembléia Nacional, na qual se manifestaram milhares de pessoas em Caracas.

O Encontro negou assim qualquer perspectiva de estabelecimento de fábricas como propriedade privada dos trabalhadores que as ocupam

Todos afirmam que o balanço do II Encontro é muito positivo e que foi um salto de qualidade em relação ao I Encontro, em 2005. Em primeiro lugar porque foram os próprios trabalhadores que organizaram e pagaram, auto sustentando-o, das passagens à estadia e demais gastos. E porque diante da arremetida da crise capitalista em todos os países do continente a luta em defesa do emprego por meio da tomada e ocupação de fábricas vai recrudescer e para isso é fundamental que toda experiência se mantenha para que novos setores da classe trabalhadora se incorporem na luta.

Como Acordo Final foi aprovado por unanimidade que o III Encontro seja realizado em Buenos Aires, Argentina, e tenha um caráter não somente latino americano, mas também internacional, incluindo Europa, Oriente Médio e Ásia.

EM DEFESA DO MARXISMO

Marxismo, dinheiro e inflação

Parte 1 de 3

ADAM BOOTH

Em todo o mundo, o flagelo da inflação está causando medo nos corações da classe trabalhadora e da classe dominante.

Para os trabalhadores, os preços crescentes em todos os setores – desde energia, habitação, transporte a alimentação – estão levando o custo de vida a uma catástrofe.

Por definição, inflação significa a desvalorização de uma moeda; dinheiro comprando menos bens e serviços do que antes. Assim, o poder de compra dos salários diminuiu.

Mesmo onde os trabalhadores

podem ganhar salários mais altos, geralmente estão aquém em relação aos aumentos nos aluguéis e contas, levando a um declínio na renda real das famílias.

No momento da redação deste artigo, a cifra para a inflação no Reino Unido subiu para 9%, o nível mais alto em quatro décadas. E os analistas estão prevendo que esse número pode chegar a mais de 10% no final deste ano.

Números semelhantes também foram vistos nos EUA, com os preços subindo 8,5% em março, em

comparação aos 12 meses anteriores. Na Europa, o número equivalente é de 7,5%. Nos países capitalistas avançados da OCDE o aumento é de 7,7%.

Para os políticos e formuladores de políticas não é apenas a instabilidade social e econômica, causada pela inflação, que os mantém insones à noite, mas a percepção alarmante de que eles têm pouco a fazer para combater essa doença multifacetada. E pior ainda que a “cura” – taxas de juros mais altas e uma nova recessão global – possa ser pior que a doença.

Para os trabalhadores que sofrem com o aperto dos custos crescentes e salários reais estagnados, a questão vital é: como combater essa ameaça de inflação?

Para responder a essa pergunta de US\$ 64 milhões (ou seriam US\$ 64 bilhões, na moeda desvalorizada de hoje?), devemos primeiro entender o que é inflação e de onde ela vem.

Salários, preços e lucros

Apesar de todas as suas aparentes diferenças, em última análise, os keynesianos e os monetaristas concordam que é a classe trabalhadora que deve pagar por esta crise. A “escolha” que apresentam para os trabalhadores é entre a morte por enforcamento ou a morte por retalhamento lento.

Nenhum dos campos oferece qualquer solução real já que o problema, na raiz, está no próprio sistema que eles defendem: o capitalismo.

Despojando suas sombras, vemos que essas duas alas da economia burguesa estão de fato unidas em termos do remédio que prescrevem para combater a inflação: austeridade e ataques aos salários dos trabalhadores.

A esse respeito, economistas burgueses de todos os tipos gostam de apontar o dedo para os sindicalistas problemáticos, que, dizem eles, causam espirais ascendentes de preços com suas demandas por salários mais altos.

Da mesma forma, está na moda hoje em dia os comentaristas econômicos alertarem que os preços aumentarão devido às “expectativas de inflação”; um eufemismo para os trabalhadores tentando acompanhar o aumento do custo de vida.

No entanto, evidências recentes desferiram um golpe nesse absurdo reacionário. Com o crescimento salarial médio lutando para acompanhar os aumentos de preços desenfreados, apesar da contínua escassez de mão de obra em muitas indústrias e setores vitais, está claro que os trabalhadores não são a causa da inflação, mas suas vítimas.

De fato, longe de se ver uma “espiral preço-salário” impulsionada pelos trabalhadores, há, de fato, uma “espiral preço-lucro” para os capitalistas. Com

banqueiros recebendo bônus recordes e grandes empresas continuando a obter lucros de encher os olhos, apesar dos custos aumentados.

Junto a essa refutação empírica, Karl Marx respondeu teoricamente a esses argumentos de direita há muito tempo.

Em seu panfleto *Salário, Preço e Lucro*, por exemplo, baseado em uma série de palestras proferidas na Primeira Internacional, em junho de 1865, Marx polemizou contra o cidadão John Weston, um proeminente reformista que foi influenciado pelas ideias liberais dos economistas burgueses como Adam Smith e David Ricardo.

De acordo com Marx, a posição de Weston poderia ser resumida da seguinte forma: “(1) que um aumento geral na taxa de salários seria inútil para os trabalhadores; (2) que, portanto etc., os sindicatos têm um efeito prejudicial”¹.

Marx utilizou esse debate como uma oportunidade para delinear suas próprias ideias econômicas, principalmente sobre a lei do valor, baseada na teoria do valor-trabalho, e a diferença entre valores e preços.

A ideia central da exposição de Marx é que os preços das mercadorias, bens e serviços produzidos para troca no mercado, não são arbitrários nem são decididos pelos caprichos subjetivos dos capitalistas. Em vez disso, os preços são determinados por leis e dinâmicas objetivas, que podem ser compreendidas e examinadas.

Marx enfatizou que os preços não são determinados pela soma de salários e lucros, como afirmavam os economistas clássicos burgueses. Em vez disso, os preços são, em termos gerais, a expressão monetária do valor das mercadorias.

Os preços variam de acordo com a oferta e a



Em Defesa do Marxismo, a nova editoria do Tempo de Revolução

É com entusiasmo que apresentamos aos nossos leitores uma nova editoria, intitulada “Em Defesa do Marxismo”. Este espaço é uma extensão da nossa revista “América Socialista - Em Defesa do Marxismo” e contará com artigos inéditos em português que analisam a situação política atual, a história e retomam a teoria marxista a partir dos textos e obras clássicas.

Convidamos aqueles que ainda não conhecem nossa revista a adquirir em www.livrariamarxista.com.br ou acessando pelo QR Code ao lado.



demanda, explicou Marx. Mas em um mercado livre, sob a pressão da concorrência, esses preços devem flutuar em torno de um nível médio; o valor de uma mercadoria, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir um determinado bem.

Em outras palavras, é a classe trabalhadora que produz todo novo valor na sociedade, agregando valor às mercadorias ao aplicar seu trabalho no processo de produção. E esse valor, por sua vez, é então distribuído entre trabalhadores e capitalistas, respectivamente, na forma de salários e lucros.

É importante ressaltar que, como destacou Marx, os próprios trabalhadores vendem uma mercadoria ao capitalista: sua força de trabalho; ou seja, sua habilidade ou capacidade de trabalhar por uma determinada hora, dia, semana etc. E, em troca dessa mercadoria, eles recebem um salário.

A força de trabalho, em muitos aspectos, é como qualquer outra merca-

doria. Tem um valor, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir essa mercadoria. Para a força de trabalho, isso significa o tempo médio necessário para manter e reproduzir a própria classe trabalhadora, na forma de alimentação, vestuário, moradia, educação e assim por diante.

Da mesma forma, a força de trabalho tem um preço: o salário médio que os trabalhadores recebem. E, como os preços em geral, os salários também podem flutuar acima ou abaixo do valor da força de trabalho por meio da oferta e da demanda. Ao contrário de outras mercadorias, no entanto, isso não acontece simplesmente pelas forças do mercado, mas pela luta de classes.

Isso alcança o ponto principal de Marx. Tal como acontece com os preços, os lucros dos capitalistas não são arbitrários. Eles não são obtidos *t r a p a c e a n d o*, “comprando barato e vendendo

caro”. As leis da concorrência, em geral, impedem os capitalistas de apenas acrescentar uma sobretaxa aos seus custos.

De fato, neste momento, muitas empresas – principalmente as menores, sem a escala e o poder de precificação dos grandes monopólios – estão reclamando que não podem simplesmente repassar o aumento dos custos (principalmente de energia e transporte) aos clientes, sem ver um impacto em suas vendas.

Mesmo que pudessem definir os preços dessa maneira, observou Marx, o que os capitalistas ganhassem por um lado como vendedores, eles simplesmente perderiam por outro como compradores, à medida que seus próprios custos de produção (incluindo salários) aumentassem. Seria um caso de roubar Pedro para pagar Paulo.

Em vez disso, como Marx discute, os lucros representam o trabalho

não pago da classe trabalhadora. A mais-valia que é produzida acima e além daquele pagamento de volta aos trabalhadores por sua força de trabalho na forma de salários.

Quem é o culpado?

Em resumo, a classe trabalhadora, no decorrer do dia, semana ou ano de trabalho, produz uma soma de valor. E, como explica Marx: “Esse dado valor, determinado pelo tempo de seu trabalho, é o único fundo do qual tanto ele quanto o capitalista devem retirar suas respectivas ações ou dividendos, o único valor a ser dividido em salários e lucros”².

A inflação, portanto, não torna a sociedade mais rica em termos de riqueza real. Mas redistribui a riqueza entre credores e devedores, e desloca a renda entre capitalistas e trabalhadores – normalmente em detrimento dos trabalhadores, já que os preços sobem mais rápido que os salários.

A partir disso, Marx continua:

“Como o capitalista e o operário tem apenas que dividir esse valor limitado, ou seja, o valor medido pelo trabalho total do operário, quanto mais um recebe, menos recebe o outro, e vice-versa.”

“Se os salários mudarem, os lucros mudarão na direção oposta. Se os salários caírem, os lucros aumentarão; e se os salários aumentarem, os lucros cairão.”³

Em outras palavras, todo aumento real dos salários dos trabalhadores só pode ocorrer mordendo os lucros da classe capitalista. E é por isso que, como vemos hoje,

os patrões – e seus servidores na mídia, a *City* e *Westminster*, lançam um ataque tão feroz contra os trabalhadores toda vez que eles, como Oliver Twist, ousam pedir mais.

Portanto, fica claro que os trabalhadores não são culpados pela inflação, mas são constantemente forçados a lutar para manter seus padrões de vida diante dos custos crescentes e dos ataques dos patrões.

“Toda a história passa-da prova que sempre que ocorre uma depreciação do dinheiro, os capitalistas estão alertas para aproveitar essa oportunidade de fraudar o trabalhador”⁴, observa Marx em *Salário, Preço e Lucro*.

De fato, com a maioria dos principais mercados dominados por apenas um punhado de monopólios poderosos, os chefes corporativos aproveitaram de maneira oportunista a pandemia para participar da manipulação de preços e da especulação.

As empresas do índice do mercado de ações S&P 500, por exemplo, viram seus “ganhos gerais” aumentarem aproximadamente 50% em 2021, com margens de lucro permanecendo em máximas históricas de quase 13% ao longo do ano. Alguns analistas burgueses, por sua vez, estimaram que os *markups* podem ser responsáveis por mais de 70% do aumento dos preços nos Estados Unidos desde o final de 2019 [*Markup* – termo usado em economia para indicar quanto do preço do produto está acima de seu custo de produção e distribuição – NdT].

Geralmente são os trabalhadores que estão perseguindo os preços e não o contrário. Como Marx



EM DEFESA DO MARXISMO



resume em sua *magnum opus*, O Capital:

“Se estivesse ao alcance dos produtores capitalistas aumentar os preços de suas mercadorias à vontade eles poderiam fazê-lo, e o fariam mesmo sem qualquer aumento nos salários. Nem os salários aumentariam com uma queda nos preços das commodities. A classe capitalista nunca se oporia aos sindicatos, pois eles sempre, e em todas as circunstâncias, poderiam fazer o que agora fazem excepcionalmente sob certas condições particulares e, por assim dizer, locais. Ou seja, usar qualquer aumento nos salários para elevar os preços das mercadorias a um nível muito mais alto, e assim ocultar um lucro maior.”

“Toda a objeção é uma pista falsa trazida pelos capitalistas e seus bajuladores econômicos. [...] O efeito é então tomado pela causa. No entanto, os salários aumentam (mesmo que raramente, e proporcionalmente apenas em casos excepcionais) junto com o preço dos meios de subsistência necessários. Sua ascensão é o resultado do aumento dos preços das commodities, e não a causa disso.”⁵

“Uma luta por um aumento de salários segue apenas na trilha das mudanças anteriores”, enfatiza Marx em resposta ao Cidadão Weston, “em uma palavra, como reações do trabalho contra a ação anterior do capital.”⁶

Capital fictício

Para Marx e os marxistas, portanto, a resposta às questões monetárias deve ser buscada, em última análise, na compreensão do valor e de suas leis, de produção e troca generalizada de mercadorias, e do sistema de lucro que decorre disso.

Somente armados com uma compreensão marxista de valor e preços, conforme descrito acima, podemos começar a entender as forças e fatores reais por

trás da inflação, incluindo a crise atual.

Em primeiro lugar, há o papel do que Marx chamou de “capital fictício”. A circulação de dinheiro na economia sem uma circulação de valor concomitante, dinheiro que circula como capital – dinheiro que procura criar mais dinheiro – sem qualquer produção de mercadorias associada.

Antes de prosseguirmos, porém, devemos primeiro responder à pergunta: o que é dinheiro?

Em essência, explica Marx, o dinheiro é uma medida universal de valor; um critério padrão, contra o qual o valor de todas as outras mercadorias pode ser expresso⁷.

Os preços, por sua vez, são a expressão monetária do valor. A unidade de medida do tempo de trabalho socialmente necessário cristalizado nas mercadorias.

O dinheiro surge organicamente e historicamente ao lado da sociedade de classes e da propriedade privada, das necessidades da produção de mercadorias, troca e comércio.

Inicialmente, isso toma a forma da mercadoria-dinheiro. Uma mercadoria que é valiosa por direito próprio, com seu próprio tempo de trabalho socialmente necessário embutido, que pode ser trocado por todas as outras mercadorias, e a qual todas as outras mercadorias podem ser comparadas, agindo assim como um equivalente universal.

A partir do século VI a.C., por exemplo, vemos o surgimento da cunhagem, com o uso de metais preciosos – como ouro e prata – como mercadoria-dinheiro. E, depois disso, o dinheiro de base metálica, sob várias formas, dominou por milênios, até o século XX.

Com o tempo, por degradação, os metais preciosos que circulavam como dinheiro ficavam desvalo-

rizados. O valor nominal de face das moedas, em outras palavras, separou-se do valor real do metal que circulava como dinheiro.

No processo, no lugar de uma mercadoria-dinheiro com seu próprio valor intrínseco, o dinheiro – na forma de moedas, depois como notas de papel e agora até mesmo como números em uma tela – tornou-se uma coleção de meros *tokens* [meras fichas], atuando como uma representação de valor.

Para Marx e os marxistas, portanto, a resposta às questões monetárias deve ser buscada, em última análise, na compreensão do valor e de suas leis, de produção e troca generalizada de mercadorias, e do sistema de lucro que decorre disso

Uma certa quantidade de dinheiro, em outras palavras, atua como um símbolo para uma certa quantidade de valores, incorporados em mercadorias. E os preços, por sua vez, variam de acordo com a oferta monetária, a quantidade de valor em circulação e a “velocidade” do dinheiro (a taxa ou frequência com que as trocas ocorrem dentro da economia).

Tudo o mais permanecendo igual, então, se o dinheiro que circula na economia aumenta sem um aumento correspondente nos valores circulantes, na forma de mercadorias compradas e vendidas no mercado, isso significa que os preços subirão em consequência.

Isso destaca a instabilidade e as tendências in-

flacionárias implícitas no uso de *tokens* monetários como símbolo de valor, se estes não estiverem vinculados a uma base material em termos de mercadorias com valor real. Como é o caso hoje com o que é conhecido como “moedas flutuantes” (ou “fiduciárias”).

Na raiz, sejam papel-moeda ou representações digitais, esses tokens são notas promissórias a pagar ao portador. Promessas que devem ser apoiadas por mercadorias com valor real, seja em termos de atividade produtiva real ou na forma de mercadoria-dinheiro, como ouro. Caso contrário, isso levará à inflação.

Então entra o capital fictício: dinheiro lançado em circulação (como capital), sem qualquer base material em termos de valor (isto é, mercadorias) sendo produzido.

Isso pode assumir muitas formas. Títulos do governo representando dívidas nacionais, ações, participações, valores e outros produtos financeiros complexos inventados e vendidos a investidores, e gastos do estado em projetos improdutivos, como armas ou estradas para lugar nenhum.

Marx contrastou esse capital fictício com o capital real (produtivo), investido em meios de produção e na força de trabalho dos trabalhadores, e com o capital monetário, os fundos reais à disposição dos capitalistas.

Enquanto o capital real é investido para produzir uma mais-valia real, explicou Marx, o capital fictício é uma reivindicação ilusória de lucros futuros que ainda não existem.

“Meramente um título de propriedade de uma parcela correspondente da mais-valia a ser realizada por [o capital real investido].”

“Todo este papel”, continua Marx, “na verdade, não

representa nada mais do que direitos acumulados, ou títulos legais, para produção futura cujo valor em dinheiro ou capital não representa capital algum, como no caso das dívidas do Estado, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representa.”⁸

Sob o padrão-ouro – introduzido e difundido nas décadas seguintes às Guerras Napoleônicas, em resposta aos preços inflacionados da guerra e às dívidas nacionais – os *tokens* monetários e o papel em circulação permaneceram ancorados a uma base material, metálica, a saber, o ouro.

Isso impediu que a oferta monetária se separasse completamente do valor em circulação.

O colapso do padrão-ouro – inicialmente na Primeira Guerra Mundial e depois definitivamente na Grande Depressão – eliminou essa restrição. E isso foi promovido com o fim do sistema monetário de Bretton Woods do pós-guerra em 1971.

Sob a configuração de Bretton Woods, as moedas dos países foram atreladas ao dólar americano, que, por sua vez, era fixado em ouro a um preço de US\$ 35 por onça. Isso foi possível pela força do capitalismo dos EUA após a Segunda Guerra Mundial e pela posição hegemônica do imperialismo dos EUA, refletida no fato de que dois terços do ouro do mundo residiam em Fort Knox. O dólar, em outras palavras, foi efetivamente considerado “tão bom quanto o ouro”.

Nas décadas seguintes, no entanto, à medida que o capitalismo dos EUA sofria um declínio relativo, a força do dólar foi minada. Os superávits da balança de pagamentos americanos se transformaram em déficits. E desempenhando o papel de policial mundial, na Coreia e no Vietnã, por exem-

plo, o imperialismo norte-americano gastou uma fortuna em armas, criando pressões inflacionárias que enfraqueceram ainda mais o dólar.

Eventualmente, as tensões tornaram-se intoleráveis e a conversibilidade de dólares em ouro na taxa anterior tornou-se insustentável. O acordo de Bretton Woods foi desfeito e nasceu a era das moedas flutuantes.

Desde então, governos soberanos e bancos centrais (ou seja, aqueles com sua própria moeda fiduciária independente) ficaram livres para imprimir dinheiro sem restrições – uma prerrogativa que os keynesianos aproveitaram regularmente ao longo do último século, introduzindo, no processo, todo tipo de horrorosas distorções inflacionárias no sistema capitalista.

Limites do keynesianismo

Ironicamente, o próprio Keynes não era um fanático da inflação⁹. Em vez disso, como um autoproclamado campeão da “burguesia educada”, ele via as medidas expansionistas como um mal necessário para salvar o capitalismo – em tempos de crise – dos perigos da depressão e da deflação.

A diferença de Keynes com os monetaristas não era sobre a ameaça de inflação, mas sobre como combatê-la. Enquanto seus oponentes libertários se concentravam no controle da oferta de dinheiro, ele enfatizava a necessidade de gerenciamento do lado da demanda para subjugar os preços. Principalmente, para o economista inglês, isso significava restringir os salários dos trabalhadores.

Por exemplo, tendo defendido os gastos do governo para estimular a demanda durante a Grande Depressão, durante a Segunda Guerra Mundial, Keynes propôs uma política de “pagamentos diferidos” para restringir a demanda em tempo de guerra e, assim, reduzir os preços.¹⁰

Hoje, no entanto, as políticas keynesianas (de financiamento do déficit e estímulo governamental) são sinônimos de inflação. Enquanto isso, os discípulos modernos de Keynes – incluindo os reformistas de esquerda, que abraçaram sua doutrina de todo o coração – são perigosamente indiferentes aos riscos in-

flacionários inerentes às suas propostas.

Nas últimas décadas, a classe dominante parecia indiferente à ameaça da inflação. Quando a economia estava crescendo, eles alegremente fecharam os olhos para as contradições fomentadas pelo crédito barato, capital fictício e moedas flutuantes. E quando o capitalismo entrou em crise, eles chutaram a lata pelo caminho, tomando medidas desesperadas no imediato, à custa de se enfiarem em um buraco mais profundo no longo prazo.

A esse respeito, a resposta keynesiana da classe dominante à crise do coronavírus sem dúvida ajudou a atizar as chamas da inflação, lançando novamente uma rajada de capital fictício na economia mundial.

À medida que o vírus se espalhava, a sociedade entrou em confinamento; esvaziaram-se as ruas principais; e a produção foi desativada em todo o planeta. A economia global começou a entrar em queda livre. Assim, a classe dominante interveio, implantando uma intervenção estatal sem precedentes para evitar que o sistema implodisse.

Até o momento, cerca de US\$ 16 trilhões foram fornecidos globalmente na forma de apoio fiscal, por meio de gastos governamentais e doações. Outros US\$ 10 trilhões foram injetados na economia pelos bancos centrais, na forma de flexibilização quantitativa (QE) e financiamento monetário: usando dinheiro recém-impresso para financiar empréstimos públicos.

As repetidas rodadas de estímulos relacionados

à pandemia nos EUA, por exemplo, equivalem a cerca de 25% do PIB; ou seja, gastos públicos equivalentes em valor a um quarto do que o país – o mais rico do mundo – produz em um ano.

Ao ligar suas impressoras virtuais, os bancos centrais dos países capitalistas avançados estão agora carregados de dívidas governamentais.

O Fed e o Banco da Inglaterra detêm cerca de 40% dos títulos do tesouro e 30% das *gilts* [títulos do governo no Reino Unido – NdT], respectivamente, enquanto o valor equivalente no Japão é de 44%. Para efeito de comparação, antes da crise de 2008, o Fed detinha apenas 7% dos títulos do país, que valiam cerca de 3% do PIB dos EUA. Da mesma forma, o Banco Central Europeu (BCE) agora detém ativos no valor de mais de 60% do PIB da zona do euro, em comparação com 20% antes de 2008.

Isso proporciona uma sensação de escala desalentadora quando se trata da quantidade de capital fictício despejado na economia global em resposta à crise de Covid.

No Reino Unido e na Europa, parte desse apoio estatal foi destinada a subsidiar os salários dos trabalhadores dispensados de comparecer ao trabalho. Mas, em vez de atuar como um estímulo econômico, isso substituiu principalmente a demanda que, de outra forma, entraria em colapso se o desemprego em massa se instalasse.

Nos EUA, por outro lado, o governo enviou US\$ 250 bilhões em cora-

cheques para milhões de famílias, em um esforço para aumentar o consumo, além de fornecer um impulso temporário aos benefícios de desemprego.

Mas com vastas faixas da economia – como hotelaria e turismo – em animação suspensa, grande parte desse dinheiro foi economizado, não gasto. De acordo com uma pesquisa dos EUA: 42% foram gastos; 27% foram poupados; e os 31% restantes foram utilizados para pagamento de dívidas.

O resultado é que, à medida que as restrições da pandemia foram removidas, uma onda de demanda reprimida foi liberada na economia. De acordo com algumas estimativas, essas economias pessoais acumuladas chegaram a 10% do PIB em países como o Reino Unido (embora distribuídas de maneira muito desigual entre a população).

Combinado com o estímulo do governo e o QE do banco central, isso levou a um aumento maciço na oferta monetária mais ampla e, portanto, também na demanda do consumidor. A produção, no entanto, sufocada por paralisações e escassez relacionadas à pandemia, não conseguiu acompanhar. Isso reflete a anarquia da produção capitalista e do mercado.

Em outras palavras, uma circulação reduzida de valores (mercadorias) na economia mundial passa a ser representada por uma maior circulação de dinheiro, levando a um aumento generalizado dos preços.

Essa turbulência, entretanto, foi ampliada ainda mais pela mudança dos hábitos de consumo. Isso

significa que os desequilíbrios entre oferta e demanda são muito mais pronunciados em certos setores do que em outros, levando a aumentos dramáticos de preços nesses setores à medida que os recursos são realocados.

Isso demonstra claramente os limites do keynesianismo e todas as tentativas de administrar o capitalismo. Em um esforço para salvar seu sistema no curto prazo, a classe dominante apenas exacerbou todas as contradições dentro da economia global, levando a preços crescentes, montanhas de dívidas e volatilidade e instabilidade ainda maiores no mercado mundial.

Todas as medidas tomadas pelos capitalistas para evitar crises e auges de combustível no passado, em outras palavras, agora estão voltando para mordê-los – transformando-se em seu oposto e preparando as condições para uma crise muito mais profunda: econômica, social e politicamente. | Tradução de Fabiano Leite.

REFERÊNCIAS

¹ Karl Marx to Friedrich Engels, May 20, 1865, in Karl Marx and Frederick Engels: Selected Correspondence, 1846-1895, (New York: International Publishers, 1942), pg 202.

² Karl Marx, “Value, Price and Profit,” in The Classics of Marxism: Volume Two, (London: Wellred Books, 2015), pg 88.

³ Ibid., pg 88.

⁴ Ibid., pg 92.

⁵ Karl Marx, Capital: A Critique of Political Economy, Vol 2, (London: Penguin Classics, 1992), pg 414-5.

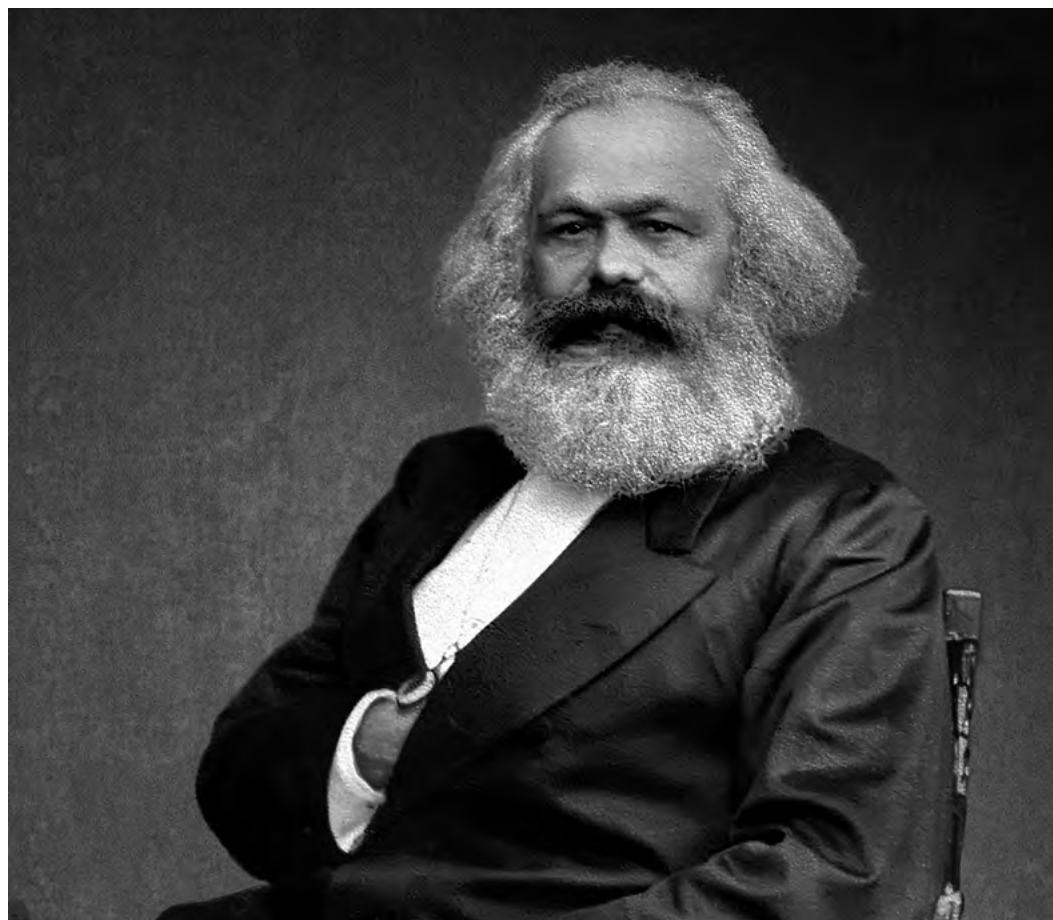
⁶ Karl Marx, “Value, Price and Profit,” in The Classics of Marxism: Volume Two, (London: Wellred Books, 2015), pg 95.

⁷ Karl Marx, “The Measure of Values,” in Capital: A Critique of Political Economy, Vol 1, (London: Penguin Classics, 1990), pg 188-98.

⁸ Karl Marx, Capital: A Critique of Political Economy, Vol 3, (New York: International Publishers, 1967), pg 335-6.

⁹ Thomas M. Humphrey, “Keynes on Inflation,” in FRB Richmond Economic Review 67, no. 1 (January/February 1981), pg 3-13.

¹⁰ John M. Keynes, How to Pay for the War: A Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer, (London: Macmillan and Co. Ltd., 1940).



JUVENTUDE

O combate contra os elementos nazistas na Univille

LIBERDADE E LUTA
JOINVILLE

O surgimento de imagens de apologia ao nazismo na Universidade da Região de Joinville (Univille), em Santa Catarina, resultou em uma série de mobilizações impulsionadas pelos Centros Acadêmicos e organizações de esquerda em Frente Única no último período.

No dia 29 de setembro, um ato convocado após uma assembleia estudantil reuniu cerca de 150 estudantes que condenaram as mensagens encontradas em 14 de maio no banheiro do bloco A e na biblioteca da Univille, em um dia que a universidade recebia crianças quilombolas. A suástica nazista que foi rabiscada no banheiro continua o código 1488, que expressa a mensagem “devemos assegurar a existência de nosso povo e um futuro para as crianças brancas”.

Militantes da Liberdade e Luta realizaram falas apontando que o combate ao nazifascismo é o combate ao capitalismo e, na atual conjuntura brasileira, ao bolsonarismo. Os manifestantes denunciaram também a ação vergonhosa da Univille que se omitiu diante das mensagens encontradas na universidade, mas que, ao mesmo tempo, deu ordem para que os funcionários retirassem as faixas e os mais de 200 adesivos antinazistas colados pelos estudantes em diversas áreas do campus. O ato foi encerrado com a fixação de faixa produzida com a mensagem “Universidade Não é um Espaço Neutro. Fora Nazis”.

Os posicionamentos da Univille, incluindo sua nota oficial publicada durante o ato com tons de ameaça aos estudantes, e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) são expressões da universidade privada e de uma direção estudantil que é mera porta-voz da reitoria. Diante das manifestações nazistas, a universidade que compreende a comunidade universitária como clientes nada fez para combater os reacionários. Demonstra também que



Estudantes da Univille realizaram uma série de mobilizações em resposta às mensagens de apologia ao nazismo que surgiram na universidade

somente nossa organização independente é capaz de mobilizar os jovens com os métodos históricos da luta da juventude trabalhadora, defendidos e propostos pela Liberdade e Luta.

O recado da Univille é que não se importa se você é nazista, apenas que pague sua mensalidade. Já sua preocupação fundamental é abafar e reprimir qualquer luta estudantil dentro do campus para, nas próprias palavras da reitoria, em reuniões com os estudantes, “ser receptível e agradável às empresas que estão na Univille”, visto que essa universidade está inundada de coworkings, startups e afins.

Nosso combate

A crise do movimento estudantil que se expressa na Univille, principalmente, com a direção do atual DCE “Connect”, é vista também em seu silenciamento sobre este caso. Uma direção que não representa os estudantes impõe o desânimo e a desmobiliza a sua base. Precisamos combater esse desânimo com ação consciente por nossos direitos, nos conectando com as necessidades dos universitários e dos trabalhadores, dentro e fora da Univille. Evidentemente que combater elementos nazistas faz parte desta ação. Portanto, calar-se ou achar normal esse tipo de manifestação não são opções.

Sabemos que o nazismo ou o fascismo não re-

presentam uma ameaça real às organizações da classe trabalhadora no atual momento em que vivemos. Entendemos que o governo Bolsonaro é um governo burguês e que, apesar das declarações do próprio presidente, na prática, Bolsonaro tentou se utilizar de um governo bonapartista para conter o avanço da luta de classes no país, mas nem isso ele conseguiu. Por outro lado, compreendemos que qualquer tipo de manifestação a favor dessa ideologia reacionária deve ser combatida pelos métodos da classe trabalhadora. Assim como combatemos firmemente o movimento Escola Sem Partido, que tentou silenciar estudantes e professores, não deixaremos que elementos fascistas se encorajem em nossa universidade.

As manifestações dos elementos nazistas só nos deixam com mais ódio de classe, nos dá mais força e ânimo para pôr um fim não só a todo o atraso que é o nazifascismo, mas para aprofundar a luta pela educação pública, gratuita e para todos e pela derrubada do capitalismo, que coloca o lucro acima da vida e segurança da população. O ato do dia 29 e os resultados para nossas intervenções na Univille são expressões disso.

A atuação da Liberdade e Luta na Univille vem se fortalecendo ao longo deste ano pautando a formação política do movimento estudantil, a Federalização

da universidade “comunitária” e a Frente Única como chave para a superação do capitalismo no Brasil e no mundo. Neste sentido, estamos atuando diretamente no Centro Acadêmico Livre de História Eunaldo Verdi (Callhev), no Centro Acadêmico Livre de Letras (Callet) e no programa de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, além do auxílio na construção do CA de Cinema e em contribuições aos estudantes de outros cursos. Para as formações, realizamos a Quinta Política, discutindo artigos do jornal Tempo de Revolução, bem como outros de formação no marxismo e por meio de cine debates, buscando a organização de um movimento de esquerda capaz de retomar o DCE como real representante dos es-

tudantes da Univille. Nos próximos dias, realizaremos dois cine debates com estudantes de Cinema e Psicologia sobre a história da Liberdade e Luta na luta contra a ditadura e a ocupação e as memórias operárias em Cipla e Interfibra, respectivamente.

Nós, do Núcleo da Liberdade e Luta na Univille, e o conjunto dos estudantes desta universidade estamos dispostos em nos formar, militar e lutar por uma nova sociedade, livre de todo retrocesso do capitalismo, onde não tenha espaço para a escória nazista. Continuaremos a luta pela Federalização da Univille, por um DCE que represente os estudantes efetivamente. Convidamos todos os estudantes da universidade a se juntarem às nossas atividades neste próximo período.

LAPA e Liberdade e Luta convidam

CINE DEBATE

15 de outubro • 14h

Local: Univille Bom Retiro • Sala A-110

Tema: Pela patrimonialização da memória operária

Documentário: intervenção na Cipla e Interfibra
(Fábricas ocupadas, Lula e o capitalismo)

Organização:






A situação mundial e o papel da juventude

EVANDRO COLZANI

A situação política e social atual é marcada centralmente pela revolta da juventude e dos trabalhadores contra os ataques cada vez maiores da burguesia. Como marxistas, devemos compreender o que se passa no Irã, na Itália, na Argentina e em uma série de países em que a luta de classes segue a todo vapor e tirar as lições necessárias para ajudar na luta revolucionária no Brasil.

Lute como uma iraniana

No Irã, os protestos iniciados no dia 16 de setembro, após o assassinato de Mahsa Amini pela polícia da moral, prosseguem e se espalham apesar da brutal repressão policial. De acordo com a imprensa internacional, mais de 78 manifestantes foram mortos (o regime iraniano admite 41) e pelo menos 1.200 foram presos. A polícia utiliza balas letais e de borracha para conter os atos, mas a fúria das massas não apresenta sinais de intimidação.

Os funerais dos que morrem pelas mãos da repressão estão se transformando em verdadeiras

manifestações contra o regime, algo que relembra os atos de 1978, pré-revolução de 1979. No domingo (25/09), um dos principais sindicatos de professores do Irã convocou uma greve nacional e mobilizações “ensaios” para terça e quarta-feira.

Este é o ponto alto de uma série de manifestações que eclodem em todo o mundo e uma importante característica das mobilizações que já atingem mais de 140 cidades e vilas do país é a ampla participação da juventude. Podemos afirmar que se trata de um legítimo processo revolucionário que se desenvolve, lançando homens e mulheres em uma luta em comum contra o principal inimigo que é o regime iraniano.

O que está por trás da vitória da extrema-direita na Itália?

No dia 25/09, a coalizão de direita dos partidos Irmãos da Itália (FdI), Liga e Força Itália conquistou 43,79% dos votos para a Câmara de Deputados e 44,02% para o Senado, garantindo 235 cadeiras em sua bancada na Câmara, 34 a mais do que o necessário para governar com maioria e 115 no Senado,

14 além da maioria. Diante deste resultado, a esquerda italiana e mundial rapidamente lançou seu grito de desespero diante da vitória do fascismo, da possibilidade de um regime fascista ser instaurado na Itália já que “as massas foram ganhas pela extrema-direita”. No entanto, devemos analisar esse processo para além das aparências.

Podemos afirmar que se trata de um legítimo processo revolucionário que se desenvolve, lançando homens e mulheres em uma luta em comum contra o principal inimigo que é o regime iraniano

Mesmo diante da vitória, a líder do Irmãos da Itália Giorgia Meloni, filha política de uma organização herdeira das ideias de Benito Mussolini, o Movimento Social Italiano (MSI), adotou um discurso bem mais moderado na madrugada de domingo para segunda. Essa mu-

dança não foi repentina, na verdade, e sim parte de um processo iniciado há algum tempo, seguindo os passos de Marie Le Pen na França. Diante da pressão da burguesia italiana, Meloni, que não é a candidata preferida da classe dominante, buscou se alinhar com esses senhores que apostam em um ambiente mais seguro para a realização de seus negócios. A “moderação” de Meloni é uma mensagem de que sob seu governo a Itália permanecerá dentro da União Europeia (UE) e realizará políticas alinhadas às necessidades do capitalismo, que não aposta suas fichas em um regime do tipo fascista no atual momento.

A Itália possui uma dívida de 2,7 trilhões de euros, a segunda maior da zona do euro depois da Grécia em relação ao seu PIB (150%), e depende profundamente dos empréstimos do Banco Central Europeu (BCE) para impedir uma quebra geral do país. Sua aliança com Berlusconi e Matteo Salvini, representantes dos interesses do establishment italiano, depende da manutenção desta relação “saudável” entre Itália e UE.

Se por um lado a direita tem os números para

governar, por outro, os resultados eleitorais demonstram que ela não ganhou mais votos do que em 2018, o FdI conquistou votos que eram de partidos aliados como a Liga, de Salvini. Já o Partido Democrático (PD) e seus aliados perderam 2 milhões de votos em relação às últimas eleições, somando 26% dos votos. O Movimento 5 Estrelas (M5S), que ganhou as eleições em 2018, conquistou mais de 4 milhões de votos (em 2018 foram 10 milhões), totalizando 15% dos votos. A esquerda ganhou 3,64% e várias forças menores não conseguiram ultrapassar o limite de 3% necessário para ser eleito para o parlamento. Então, para onde foram esses votos?

A principal característica que marca este processo eleitoral é o recorde de abstenções, pois cerca de 40% dos italianos não foram votar. Nem o PD, chamado de centro-esquerda, nem a esquerda italiana foram capazes de convencer uma grande massa da juventude e da classe trabalhadora de que seus partidos poderiam realmente atender aos interesses dessa ampla camada, porém, nem a direita ou a extrema-direita conseguiram ganhar



INTERNACIONAL

esses votos. Este é um resultado que prenuncia grandes embates no país no próximo período (para uma análise mais completa do processo eleitoral, indicamos o artigo “Eleições italianas: por que a direita venceu e o que ela prepara?”, publicado em marxismo.org.br).

A Argentina e os limites do reformismo

Em um único mês, julho deste ano, a Argentina viu três ministros assumirem a pasta da Economia: Martín Guzmán, que assumiu o cargo em 2019, Silvina Batakis e Sergio Massa, o atual ministro. Foi em julho que a inflação mensal chegou na casa dos 7,4%, número que não se via há 20 anos. Para se ter uma ideia da dimensão da crise, os produtos encareceram na Argentina mais do que na Venezuela neste período.

Massa assumiu o Ministério com um objetivo claro: levar a cabo um plano de austeridade que está resultando no corte de subsídios, levando ao aumento das tarifas de água, de luz, gás, transporte e da cesta básica. Esse é o resultado das negociações com o FMI, em março, para evitar uma nova moratória, mas não é o único. Há uma evidente fissura no governo da Frente de Todos que coloca o atual presidente, Alberto Fernández, de um

lado e sua vice, Cristina Kirchner, de outro.

Apesar das inúmeras demonstrações de seu comprometimento com os interesses do capital, Cristina defende uma posição crítica ao acordo com o FMI e pela manutenção dos programas sociais ameaçados por Fernández, aparecendo, desta forma, como uma referência à esquerda para as massas no atual momento.

As lutas contra o FMI não são de agora, ocorreram atos nacionais em 11 de dezembro de 2021, em 8 de fevereiro e 10 de março de 2022. Em maio, a Marcha Federal (contra o desemprego e cortes etc.) reuniu 100 mil na Casa Rosada (sede do governo).

A situação do país é turbulenta e Cristina é vista com desconfiança pela classe dominante. Apesar de tentar manter a “governabilidade”, sua conexão com sua base pode servir para criar uma oposição à atual política de Alberto Fernández e Sergio Massa.

Foi com o propósito dar uma lição judicial a Cristina, que a burguesia confiou à camarilha reacionária do Judiciário a tarefa de punir e discipliná-la, acusando-a de desvio de verbas em obras públicas. Mas esse não é um recado dirigido apenas a Cristina, mas sim para os setores populares em



Maysam Bizaer, Twitter

Protestos seguem no Irã, é preciso um programa revolucionário para pôr o regime abaixo

suas lutas atuais, dando o tom de como agirá a classe dominante nos cenários de conflito que muito possivelmente se abrirão no futuro imediato.

Em resumo, o governo de Alberto Fernández tem atuado na linha de preservação das instituições burguesas e de submissão completa aos interesses do capital. Cristina segue uma linha semelhante, porém, com uma base mais radicalizada tende a se tornar um ponto de apoio e oposição ao governo. Ao mesmo tempo em que se ampliam os ataques às condições de vida dos trabalhadores, aumenta a tensão das ruas com greves e mobilizações. A situação que se desenvolve aponta para a necessidade de uma greve geral e luta por um governo dos trabalhadores como a única saída em prol da classe trabalhadora.

Recessão

Poderíamos citar ainda Indonésia, Quênia, Colômbia, Chile ou até mesmo os EUA, onde o índice de sindicalização aumenta contrariando todos os prognósticos, entre outros para apresentar um panorama mais detalhado desta situação convulsiva, mas os países citados já são suficientes para compreender o que é essencial: as condições de vida sob o capitalismo estão cada vez mais insuportáveis e as massas estão buscando uma saída. E o cenário que se desenha é de um aprofundamento desta situação.

A gigantesca transfusão de moeda e de crédito ocorrida entre 2020 e 2022 em todo o plane-

ta salvou momentaneamente os capitalistas de uma profunda deflação de preços de produção e de lucros que já se manifestava perigosamente no último trimestre de 2019. Mas, ao mesmo tempo, essa política resultou no aumento generalizado da inflação que ataca diretamente o custo de vida dos trabalhadores.

Soma-se a esse cenário a diminuição da atividade fabril na Ásia e Europa, de acordo com dados da S&P Global, e o anúncio da redução das previsões de vendas e lucros trimestrais de três grandes empresas da indústria pesada norte-americana (US Steel Corp., Alcoa Corp. e a Nucor Corp.). Conforme explica o economista José Martins em “Uma Inextricável Crise Econômica”:

“O resultado geral é que a economia mundial está agora caminhando para o cenário de pesadelo do aumento da inflação ao lado da desaceleração do crescimento – uma combinação assassina chamada pelos comentaristas econômicos burgueses como ‘estagflação’.”

Os dados econômicos estão fazendo cair por terra também o mito da China como uma grande potência. Além de uma evidente queda da produção industrial, o país amarga um crescimento de seu PIB muito abaixo do esperado e vê sua economia começando a derreter.

Para tentar salvar o capital, a burguesia irá aumentar ainda mais a exploração e a miséria da classe operária internacional por um lado e intensificará seus investimentos na indústria bélica, por outro. A reacionária Guerra na Ucrânia

fomentada pelos Estados Unidos/Otan e Rússia faz parte dos desdobramentos da crise econômica e dialeticamente aprofunda suas consequências. Um elemento importante que começa a surgir é o início de uma oposição mais aberta na Rússia contra esta guerra, fato exposto inclusive pelas fugas e recusa de civis convocados a lutarem na guerra.

“Quem tem a juventude tem o futuro”

Lênin compreendia o papel da juventude na luta revolucionária e por isso afirmava que quem tinha a juventude, tinha o futuro, pois via nessa camada da sociedade os futuros quadros do bolchevismo e seus militantes mais resolutos. Os próximos meses serão de situação muito difícil e convulsiva em todo o mundo e o Brasil não escapará das consequências da crise que se desenha. Um provável governo Lula se estabelecerá em um cenário de crise econômica e política e, se governar para atender os interesses da burguesia como se propõe agora e fez nos governos anteriores, inevitavelmente entrará em choque com as massas.

Uma característica fundamental que permeia todas as mobilizações, explosões sociais e revoluções que rondam o mundo é o papel da juventude que se lança na linha de frente de todos esses combates. Esse é o prenúncio de novas mobilizações de trabalhadores e é na juventude que os marxistas devem mirar sua atuação para conquistar a sua vanguarda.



Greve dos trabalhadores da borracha resultou em uma série de conquistas para os trabalhadores argentinos